



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA DA SÉ

Supervisão de Esportes

Rua Álvares Penteado, 49, 4º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01012-000

Telefone: 33971200

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL DA SUBPREFEITURA DA SÉ DO ANO DE 2024.

INICIATIVAS SOLIDÁRIAS SÃO PONTOS FUNDAMENTAIS NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA NOSSA SOCIEDADE.

Ao Sexto (03) dia do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, em atendimento à convocação nº **008ª/2024** publicada no Diário Oficial do Município de São Paulo, realizou-se a **21ª/122ª** Reunião Plenária Ordinária presencial, do Conselho Participativo Municipal da Sé, biênio 2022/2024, a partir das 19:00h, em segunda chamada, com qualquer número de Conselheiros presentes, reuniu-se o Conselho Participativo Municipal da Subprefeitura da Sé, por meio de seus titulares, nas dependências da Subprefeitura Sé, com sede na rua Álvares Penteado, nº 49, Centro Histórico de São Paulo/SP.

Os trabalhos foram presididos pela Coordenadora do Conselho Participativo Municipal da Sé, Sra. **MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES**, pelo Secretário Sr. **ANTONIO RONALDO DOS SANTOS**, juntamente com a autoridade ali presente, o interlocutor da Subprefeitura da Sé o Sr. Cel. **JOSÉ EDUARDO BEXIGA**. Estiveram presentes nesta reunião os seguintes conselheiros: **DIEGO SAMPAIO DIAS SPERB; FÁBIO BENINI CABRAL; FÁBIO LÚCIO SANCHEZ; INÊS LUCCHESI DE CARVALHO; MARIA LILIAN GALVARRO PENA; ROSANGELA ZANON MONTEIRO; ROSE MARIA DAS GRAÇAS CORRÊA OLIVEIRA; SILVIA CRISTINA MULE; STELA DE CAMARGO DA DALT**; Conselheiros assistindo remotamente: **ELISABETE ANTOLINO; ROBERTO JORGE REGENSTEINER; TAMIRIS CAMPARI DE SOUZA LUZ; YOO RI KIM**; Conselheira ausente não justificada **MARIA IZILDA SANTOS PEREIRA DOPPLER**. Municípes presentes **ABÍLIO FOORIRÃO; NEVEZ IBAMA RANING GUEVANA; VINÍCIUS VINICIUS BRAHEMCHA; DANTE ROBERTO AMORIM MATTOS; PEDRO SINDA SI; DÉCIO SUNAGAWA; ANDRÉ CAVALARI; ANDRÉ LUCAS AIO; MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA LE BORGES; ALEXANDRE CLAUDIO C.N. VICARE; VALERIANO DE M. MARIONE; SUELLE ABIGAIL DE PAULA; GIORDANA K. LAICASTEO; THIAGO DE JESUS MONTEIRO; MARIVALDA S. SOARES; GISELE BALEIA DE ABREU; DEBORA BARBOSA; CARLA RAQUEL BASILIO; STEFANY GALHO MENDONÇA.**

ITENS DE PAUTA:

CONVOCAÇÃO 008ª/2024

21ª REUNIÃO ORDINÁRIA PRESENCIAL DO CPM/SÉ (21ª/122ª)

O CPM/SÉ convoca a todos os Srs. Conselheiros Participativos Municipais da Subprefeitura da Sé e convida os demais interessados, a participarem no próximo dia **03 de junho de 2024 (segunda-feira)** às 18h:30m, da **21ª** Reunião Ordinária do CPM/SÉ (Biênio 2022-2024), na sede da Subprefeitura da Sé, situada a rua Álvares Penteado, nº 49, a fim de analisar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

PRIMEIRA PARTE

1. Fala Inicial da Coordenadora, Secretário-Geral, ou em exercício, o interlocutor;
2. Boas Vindas e apresentação dos representantes do poder público, e/ou autoridades presentes;
3. Leitura de pauta; sucedido de eventuais pedidos de alteração ou inclusão de itens de pauta;
4. Abertura para ouvir as demandas de Zeladoria Urbana trazidas por Municípios e Conselheiros;
5. Devolutiva da Prefeitura quanto às demandas trazidas e apresentadas em reuniões anteriores;

SEGUNDA PARTE

6. Aprovação de Atas, validação dos ofícios, retorno de reuniões e respectivos desfechos;
7. Acerto do momento para apresentação das demandas dos municípios;
8. Debate sobre a questão de moradia da população em situação de rua.

TERCEIRA PARTE

9. Informes Gerais e Agradecimentos.

Informamos a todos que, não havendo quórum está reunião irá começar rigorosamente às 19:00 horas, e em segunda chamada, com o número de Conselheiros presentes, de acordo com o Art. 22º da Portaria nº 2/PREF/CC/SERS de 28 de fevereiro de 2020. Comunico ainda que a ata será publicada em Diário Oficial contendo a pauta, horário e local, deliberações tomadas, lista de presença e resoluções bem como, ao Art. 7º, inciso IV, constante na portaria nº 2/PREF/CC/SERS de 28 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre o funcionamento do Conselho Participativo Municipal.

São Paulo, 23 maio de 2024.

Sra. MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES – COORDENADORA

Sr. ANTONIO RONALDO DOS SANTOS – SECRETÁRIO-GERAL

Após leitura da pauta, seguiu-se o **item 4** demandas de zeladoria urbana, trazidas por municípios e conselheiros.

O CONSELHEIRO FABIO LUCIO SANCHEZ: Nos unimos ao pedido do coletivo Jurubatuba Mirim e da entidade SOS Mata Atlântica para instalar uma tampa de bueiro no local onde atualmente existe uma tampa de bueiro ao lado do Jardim de Chuva em frente à quadra do Tênis Clube Paulista. Essa tampa terá um gradil que permite a colocação de um recipiente do tamanho de uma Garrafa Pet de 600 ml para coleta de amostras de água. O Bueiro mencionado anteriormente está localizado na Rua Nilo, ao lado do Jardim de Chuva e em frente à quadra do Tênis Clube.

O MUNÍCIPE ANDRÉ LUCAS AIO: 1º) Peço uma reunião com o responsável pela Zeladoria Urbana sobre a forma como a população de rua é tratada de forma cruel, truculenta e violenta, bem como a retirada de seus pertences para garantir que eles sobrevivam nas calçadas e marquises de São Paulo. 2º) Solicito que o SMARDS encaminhe mais vagas para a POP RUA LGBT, pois as vagas atuais são insuficientes para atender às necessidades da população.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: 1º) Agradecemos ao Coletivo Jurubatuba Mirim e à entidade SOS Mata Atlântica pela solicitação de instalação de um bueiro no local onde atualmente há uma tampa de bueiro ao lado do jardim de chuva em frente à quadra de tênis do Clube Paulista. Essa tampa terá um gradil que permite a colocação de um recipiente para coleta de amostras de água no tamanho de uma garrafa PET de 600 ml. O Bueiro mencionado está localizado na rua Nilo, em frente à quadra do tênis clube e ao lado do Jardim de Chuva. 2º) É necessário trocar a tampa do Bueiro na confluência das ruas Gualaxos com Itatins, na Aclimação, Subdistrito-Liberdade, na Calçada do Tênis Clube Paulista - TCP. A tampa havia sido danificada por muito tempo. Recentemente, a Sabesp descobriu que a rede de esgoto contaminava a galeria de águas pluviais, e afirmou que havia feito um reparo interno. Essa calçada que dá acesso à escadaria é frequentemente utilizada por pedestres, o que aumenta a probabilidade de acidentes ou queda. Portanto, é essencial que a polícia investigue a razão por trás dessa tampa de bueiro quebrada com tanta frequência. É provável que seja devido ao fato de veículos passarem por cima.

A CONSELHEIRA ROSE MARIA DAS GRAÇAS CORRÊA OLIVEIRA: Os canteiros que foram construídos na calçada da Rua dos Gusmões, que se estende entre a Avenida Rio Branco e a Rua Santa Efigênia, estão abandonados e se

transformaram em lixeiras. Qual é a pessoa responsável pela manutenção? Entre a Rua dos Andradas e a Rua do Triunfo, a Rua dos Gusmões se transformou em um estacionamento para carroceiros. Porque carros com placas de zona azul e tempo de parada podem permanecer em movimento por 24 horas?

A CONSELHEIRA SILVIA CRISTINA MULE: Há meses que o poste de iluminação na esquina da Rua Santo Antônio com o Terminal Bandeira não funciona. Observação: O poste está localizado na calçada, perto da entrada do Terminal Bandeira. O local é escuro. Além disso, a parte interna do Terminal não tem nenhum poste de iluminação.

Item 5: Devolutiva da Prefeitura quanto às demandas trazidas e apresentadas em reuniões anteriores.

Não teve devolutiva.

Item 6: Aprovação de Ata, validação dos ofícios, retorno de reuniões e respectivos desfechos.

As Atas dos meses de março e abril voltaram para a revisão. RETORNO DE REUNIÕES, No dia 8 de junho, haverá uma audiência pública na Praça General Polidoro. Serão distribuídos cartazes para que a população fique ciente da audiência e após isso, serão discutidos dois projetos na praça e a recuperação da praça.

O SENHOR CORONEL BEXIGA: O projeto é apresentado à audiência. O projeto ainda não está concluído, apesar do fato de que a praça que comentamos, que envolve uma obra de arte muito antiga, está tombada e tem muita vegetação preservada. As diretrizes anteriores do DPH e as normas da Secretaria do Verde e Meio Ambiente estão sendo levadas em consideração durante seu desenvolvimento. Os padrões foram fornecidos, e os arquitetos e engenheiros vão discutir os conceitos com a população, que então dará suas opiniões. Um anteprojeto será enviado para o DPH e a Secretaria do Verde e Meio Ambiente para chancelar após a audiência pública. Os padrões que eles forneceram serão discutidos entre arquitetos e engenheiros com a população, que posteriormente expressará suas opiniões. É possível que eles estejam pensando em algo técnico, o que permitiria novas audiências. Existem opções adicionais disponíveis enquanto o projeto ainda não está concluído.

Item 7: Acerto do momento para apresentação das demandas dos municípios.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Nós descobrimos um problema: planejávamos começar às 18h30, mas ouvimos que o Ronaldo levantou os pedidos dos municípios e vimos que daria até meia hora, dando 3 minutos para cada um. Então, planejávamos começar às 18h30 e ficar com a reunião a partir das 19h. No início, falamos com a presença de pelo menos 1/3 dos conselheiros presentes para começar a reunião, mas isso queria ouvir, pois a intenção era discutir essa mudança hoje e na próxima.

A CONSELHEIRA INÊS LUCCHESI DE CARVALHO: Na verdade, acho que você tem um equívoco ao pensar que ouvir a população é ouvir as demandas de zeladoria. Acho que a confusão com relação ao funcionamento do conselho levou ao fato de que as demandas pessoais de cada indivíduo não fazem sentido para o conselho. Reunir-se aqui para discutir os buracos na rua e as faixas de pedestres, acho que não é ouvir as demandas da população, Deve ter uma reunião exclusivamente para isso As pessoas que estão aqui vão falar sobre o que está sendo discutido no conselho e temos os itens de pauta, que é uma sugestão de pauta, que os conselheiros podem sugerir, mas que podemos incluir algumas sugestões que os municípios acham que devem ser discutidas. Eu acho que ouvir a população é o caminho certo.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Mas estamos realizando um estudo, discutindo e buscando uma solução para isso.

A CONSELHEIRA STELA DE CAMARGO DA DALT: Acredito que a reunião ordinária ou extraordinária poderia ser realizada devido às regras estabelecidas pela portaria, incluindo a necessidade de quórum e a presença de tantos conselheiros em um determinado horário. No entanto, para trazer um pouco de história, o coordenador da gestão anterior propôs uma reunião de zeladoria separada e tudo era online devido à pandemia. em uma reunião única apenas para economizar tempo, as reuniões foram convertidas em presenciais, mas a confusão foi que a reunião do conselho participativo era para apresentar demandas e zeladoria em vez de fiscalizar o poder público. Nosso papel não é intermediar os problemas com a luz na rua, então o canal 156 é o momento para as pessoas se conhecerem pessoalmente. podem discutir e sugerir incluir uma pauta para discutir esse assunto de forma mais abrangente, não especificamente. Se for o caso de continuar esse espaço de zeladoria, poderia ser uma reunião antes da nossa, como duas reuniões no mesmo dia, por exemplo, das 18:30 às 19:00, e quem quiser apresentar suas demandas poderia fazê-lo. Nesse caso, não haveria regras.

Isso forneceria uma solução.

O MUNÍCIPE DÉCIO SUNAGAWA: O Conselho está se esvaziando cada vez mais. No entanto, percebi que a Casa Civil e a Novo Vale estavam presentes aqui e não estavam mais presentes. Tive a oportunidade de conversar com a Casa Civil e eles me disseram que isso era uma bagunça e que eles não tinham interesse em participar. O conselho tem afastado os munícipes, mas como as pessoas disseram que o espaço aqui não é adequado, o conselho legal alguma com isso, há muitas brechas para que essa sugestão seja barrada na frente, então acho que seria interessante que quando você fizesse a escolha das sugestões, convidasse essas pessoas que foram selecionadas para fazer um cronograma muito bem planejado com a Prefeitura, para que essas pessoas pudessem vir aqui e revisem a sugestão com especialistas aqui, incluindo a Prefeitura, para que a sugestão realmente fosse implementada. Por vezes, um detalhe pode ser facilmente corrigido e, mesmo após uma sugestão, o processo pode ser alterado.

O SENHOR CORONEL BEXIGA: Tínhamos conversado antes e estive conversando com a Márcia sobre esse estudo que estamos fazendo; no entanto, estou de volta de férias hoje, então já havia considerado isso com relação à minha proposta de zeladoria para o Cel. Camilo, tenho certeza de que não será um problema para nós aqui na Subprefeitura estabelecer um canal específico para isso. Isso ocorre porque o conselho não é o lugar certo para falar sobre zeladoria, como aconteceu. Foi transformado em um conselho de zeladoria e, portanto, é um desvirtuamento. Marquei uma reunião com Vanessa da Casa Civil e o conselho de zeladoria. O Cel. Izipon, é o coordenador estadual dos conselhos, e fomos lá para discutir isso, para alguns ajustes com o Conseg: Minha ideia é estabelecer um canal na Subprefeitura para discutir a zeladoria e realizar uma reunião mensal online para facilitar o processo. Essa reunião de 2 horas a primeira meia hora será dedicada a discutir os esforços da Subprefeitura em relação à zeladoria, fornecer respostas e discutir investimentos, quantas pessoas estão trabalhando na limpeza, galerias, como os trabalhos estão sendo feitos, portanto, podemos conversar mais amplamente sobre a Política e talvez até modificar a Política de Zeladoria de acordo com as demandas que surgirão. Décio, depois conversaremos e veremos se é possível implementar isso até o final de junho. A reunião será realizada se o Conselho desejar fazer essa consulta antes da reunião porque minha função como interlocutor aqui é ficar desde às 18:00 até às 21:00 para evitar. Eu menciono a poda de árvores naquela área, enquanto vou discutir galerias, varrição e pequenas obras de calçadas em outras. Depois disso, conseguimos transmitir um pouco de instrução e ouvir melhorias sobre minha proposta, que será apresentada ao subprefeito.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Décio, quero registrar em Ata que o município não foi impedido de falar ou proibido de falar. Os itens 4 e 5 da nossa convocação estão abertos para ouvir as demandas dos munícipes sobre zeladoria urbana até que mudemos essa proposta. No que diz respeito ao que o Cel. Bexiga falou, gostei muito. Como você não poderia falar sem que ele falasse, então agora que ele trouxe isso, acho que é uma sugestão fantástica porque você estará falando diretamente com quem pode resolver as questões sem intermediação. Isso vem de nossas preocupações e não proibimos o município de falar em nenhum momento.

O CONSELHEIRO DIEGO SAMPAIO DIAS SPERB: Vou fazer uma contribuição para as duas falas. Primeiro, vou lembrar que a conselheira Stela me deu o artigo 4 das atribuições, e como você pode ver, o primeiro item diz respeito à colaboração na coordenação do diálogo participação social da Casa Civil no nível de sua função de articulação em vários seguimentos da sociedade civil organizada. Um dos itens que vemos aqui é o item de garantir que os direitos da população e os interesses, obviamente, precisam ser ouvidos; devemos assumir o papel de membro do conselho. Nos reunimos aqui uma vez por mês para algumas reuniões extraordinárias, e não recebemos nenhum pagamento, Cel. É possível que você esteja aqui no meio da semana para conversar com alguém; no entanto, nós temos apenas duas horas para discutir nossas demandas, que às vezes são mais políticas, mas também as demandas da população organizada do Centro da cidade. Outra coisa é que se a discussão se reduz a uma discussão sobre condomínios de prédios, não discutiremos o vazamento de apartamento. Devido ao fato de que a prefeitura é obrigada a manter o canal de comunicação adequado para que as demandas como a do município possam ser tratadas. A questão do município não é uma questão de zeladoria; é uma questão que deve ser discutida como um grupo organizado.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: Décio, você sempre traz questões intrigantes e desafiadoras para o Conselho Participativo. No entanto, é curioso que uma das pessoas que mais participa do Conselho Participativo afirme que a falta de participação é uma crítica injusta. O conselho briga, sangra e gasta seu tempo pensando em diferentes modelos de apresentação de zeladoria, como fizemos várias vezes. Exige não achar apropriado apoio, temos que sustentar esse modelo e tentar o protocolo de discussão de tempo para que as pessoas falem sobre isso, então o Conselho

Participativo se esforçará para trazer as pessoas e ouvir. É dever do Conselho Participativo ouvir as demandas de zeladoria para que o Conselho Participativo cresça e aprenda sobre sua região, então é um esforço legítimo se ainda não encontrarmos o modelo. estar confuso e ainda não descobrimos a maneira, mas vamos descobrir e estamos prontos para isso. Também gostaria de sugerir que a Subprefeitura da Sé viu uma estatística no elevador que diz que eles têm as melhores redes sociais de todas as subprefeituras, então acho que devemos pensar em maneiras de agilizar. Vimos também no Zapp que a Subprefeitura da Sé investiu muito em suas redes sociais, então acho que apoio a sugestão da conselheira Stela de usar as redes sociais da Subprefeitura da Sé para resolver demandas de zeladoria.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Ainda não chegamos a um acordo, mas estamos estudando possíveis formas. Na realidade, a Extraordinária é uma iniciativa da Subprefeitura da Sé para ouvir a zeladoria. Essa iniciativa envolve não apenas o CPM, mas também o Conseg, que também está envolvido em questões relacionadas. A zeladoria é a parte que mais precisa ser ouvida, pois está localizada na nossa portaria. No entanto, o seguinte exige que os conselheiros estejam presentes; se eles não estiverem presentes, o interlocutor não está presente. Assim, o Cel. Bexiga sugere mudar o dia da reunião para facilitar o processo.

A CONSELHEIRA STELA DE CAMARGO DA DALT: Acho que o encaminhamento então o Cel. Bexiga tem que articular oferece essa proposta e na próxima nós deferimos qual seja a mais concreta.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Bom, vamos começar com o item 8, que é o último item da nossa pauta. Você é convidado a chegar aqui e se apresentar. Proponho duas coisas: você deve apresentar sua situação ao conselho, e nós pensaremos em um encaminhamento que podemos sugerir. Vocês terão três minutos para falar, se inscrevam e anotaremos quem levantou mão.

Item 8: Debate sobre da questão de moradia da população em situação de rua.

O MUNÍCIPE ANDRE LUCAS AIO: Primeiro, gostaria de expressar minha gratidão por ter a oportunidade de falar aqui. Eu sou um membro do movimento nacional de luta e defesa da população em situação de rua e acho que poderia falar sobre a população LGBT aqui. Também vi que no meio da reunião houve uma outra proposta que acho muito importante, que é a ação de zeladoria perante a POP RUA. Adorei a sugestão e acho que você é coerente. o Movimento Estadual da População em Situação de Rua e a partir daí discutir e deliberar sobre a questão. Desde 2013, mandamos correspondência aos responsáveis pela zeladoria da questão e não recebemos nenhuma resposta. Portanto, estou vindo a vocês fazer esse pedido porque vocês têm um poder deliberativo maior do que o comitê POP RUA.

O MUNÍCIPE PEDRO LUIZ DA SILVA: Oi a todos, preciso fazer um convite para o pessoal da SEHAB COHAB para uma locação social de moradia a rua que precisa de moradia. Se vocês no conselho puderem convidar mais pessoas para essa reunião, seria muito apreciado. Tudo o que conseguimos na vida foi a locação social da Casa de Arte, Cultura e Trabalho, que foi conquistado com a ajuda do Alcides Amazonas. Se vocês puderem ajudar, moradia para todos.

A MUNÍCIPE GIORDANA K. LAICASTEO: Com dois anos na Vila Reencontro, acho que é muito pouco para você se estabilizar, então acho que deveria ter mais políticas de moradia porque pode ter pessoas que se acomodem nessa situação, mas também podem ter pessoas que querem sair. Portanto, sou a favor de moradia digna para todos na Vila Reencontro, bem como outros equipamentos, porque eles dizem que querem oferecer dignidade nas câmeras para o público em geral.

A MUNÍCIPE GISELE BALEIA DE ABREU: Na Vila Reencontro Cruzeiro do Sul, próxima à estação da Armênia, moro com os meus cinco filhos há 2 anos de acordo com o contrato, então temos tempo e o que mais queremos é a moradia. No meu caso, estou há 7 anos vivendo nessa situação de rua desde a primeira locação social, acho que precisamos de oportunidade, pois as famílias da rua Asdrúbal do Nascimento nunca foram consideradas confiáveis e 24 horas de segurança, e nós nos apresentamos como sendo do Big Brother. No caso da Vila Reencontro da Cruzeiro do Sul, são cinco vilas construídas pela Prefeitura. Moro na Cruzeiro do Sul e cada quarto com banheiro é um módulo. Nas casas, podemos cozinhar, mas também há comida. É temporário por dois anos e agora oferecem o auxílio reencontro de R\$ 1.200,00 para cada família durante esses dois anos, ou seja, R\$ 28.000,00 dividido em cinco famílias. Foi a primeira locação social para a população em situação de rua e a maioria das pessoas queria uma chance. É muito pouco para 36 famílias; a única coisa que queremos é que o prefeito e a secretaria ofereçam é uma oportunidade para que a maioria das famílias tenha condições, e eles enxergam a praça como qualquer um; há muitos estudantes na faculdade que são vistos como usuários de drogas; mas a maioria das famílias precisa de uma oportunidade e ter o direito de ir e vir.

A MUNÍCIPE CARLA RAQUEL BASÍLIO: Já visitei a Vila Reencontro da Cruzeiro do Sul e a Vila Reencontro Anhangabaú. Agora estou no KE Família porque meu marido me espancou por 7 anos e nos comportamos bem em todos os equipamentos. Na Vila, ele brigou e fomos transferidos para o Anhangabaú, onde ele me bateu e me deixou com o olho roxo. Na última vez que fui transferido para o KE Mulher na Brigadeiro, ele me bateu novamente e já ouvi dizer que você tem Aids e fiz um teste para ver se era verdade. Sou filha de uma mulher que faleceu com o vírus do HIV quando tinha cinco anos de idade e chorei muito quando alguém falou disso aquele dia. Eu lembrei da minha mãe, que pegou o vírus do HIV de um homem que ela pensava que era seu namorado, mas não era. Ele chegou para mim quando eu tinha cinco anos. Minha irmã de sete anos disse que teve o vírus. Discutimos sobre isso, então o pior é estar em um lugar onde as pessoas não olham para você. No abrigo onde estou, as pessoas dizem que você se comporta bem. Eu ouvi que você se comporta bem lá. Sou eletricitista predial na Cirella e posso pagar aluguel social, mas as pessoas não estão nem aí para você, nem para o que você é ou o que quer. Existem momentos em que as pessoas precisam apenas nos observar, não nos importar muito, só queremos nossas coisas, só queremos um lugar para colocar nosso filho. O meu filho saiu da Vila Redenção com seu pai. Eu perguntei ao Vitor quem ele iria ficar, ele respondeu que queria ficar com seu pai, então ele ficou lá, mas eu tenho certeza de que ele vem comigo se tiver uma casa, pois meu filho quer o que é o mínimo que ele pode oferecer. Ele me disse isso, então é muito importante porque nós só queremos dignidade e moradia.

O MUNÍCIPE ANDRE LUCAS AIO: Eu iria abordar o assunto da moradia, mas fiquei encantado com as histórias que ouvi aqui. Gostaria de deixar um pequeno adendo para que você considere sinceramente nossa solicitação, pois tudo na nossa vida começa com uma oportunidade de moradia. Se você não tiver uma casa digna para viver, você não poderá trabalhar, estudar ou arrumar a vida se não tiver um apartamento social, porque um hetéreo (palavra de baixo calão) achou que tinha o direito de satisfazer seus desejos e que era gay tinha que satisfazê-los, então isso é inadmissível, e os funcionários que estão lá para nos defender e serem coniventes com isso ainda não conseguiram provar o estupro que sofreu até hoje. Fui à delegacia para abrir um B.O. e o delegado me disse que tenho cinco minutos para sair, por quê? A autonomia é o mínimo que a Constituição garante para os cidadãos brasileiros, independentemente de estarmos morando na rua. Somos cidadãos brasileiros, pagamos impostos e temos os nossos direitos. A Prefeitura e o poder público em todas as esferas municipais, estaduais e federais violam diariamente a Constituição Federal quando criam uma vaga em um equipamento social que acomoda 150 pessoas, manda uma família de 6 para viver em um contêiner de ferro de 12m2 que não é confortável, e manda uma família de 6 para viver em um contêiner de ferro de 12m2. Ao perguntar se uma família de seis é capaz de viver em um contêiner de ferro de 12m2, o governo atual está implementando uma política que diz que dá dignidade à população de rua, aos moradores de rua, moradia digna e locação social. Isso é o que precisamos para ter autonomia, pois a autonomia que a Prefeitura está tentando dar não é a que precisamos.

A CONSELHEIRA SILVIA CRISTINA MULE: Vamos retomar a noção de que o Abrigo é um local de acolhimento em situações de emergência e não deve ser considerado uma solução para um problema social. Em vez disso, devemos dar às pessoas a dignidade, a oportunidade de pensar em si próprios e a possibilidade de ir atrás das coisas, mesmo existindo dificuldades, contando com o apoio do Serviço Social de Psicologia. Além disso, como você sabe, os vereadores têm a responsabilidade de fiscalizar e acompanhar as ações do executivo. Em relação à rede de acolhimento municipal, foi elaborado um relatório e um dossiê. Na verdade, este é o segundo dossiê apresentado em São Paulo junto ao Ministério Público em 2023, pois o primeiro foi apresentado em 2022 e não recebeu nenhuma resposta às irregularidades encontradas. Em 2023, foram visitadas oito modalidades de acolhimento: Autonomia de Fogo, Vila Reencontro de Anhangabaú, Centro de Acolhida Emergencial Maria Maluf, Centro de Acolhida para Família Hotel Plaza e Centro de Acolhida Emergencial, informei e publiquei o dossiê em PDF no grupo do CPM. As irregularidades incluem falta de dignidade, banheiros sem portas, privadas quebradas e comida azeda, pois 80% dos casos a comida não é preparada no local e chega fria, azeda ou crua. Esse dossiê diz muito sobre isso. Não há janelas, não há ventilação, privacidade. E se você não estiver lá, você perde a vaga, então quero que você não dependa de um albergue. Eu quero que você tente recuperar sua autonomia, mas isso é impossível, a pessoa tem que esperar na porta do albergue para conseguir a vaga e entrar. Este e outros aspectos são discutidos neste relatório. Quero chamar a atenção para o fato de que Pedro paga R\$ 145,00 por mês em locação social. Esse valor inclui todos os impostos; por exemplo, a Vila Reencontro custa R\$ 2.592,58 por pessoa, e Autonomia e Foco custa R\$ 4.217,84 por pessoa. O Ministério Público e os Vereadores realizam essa inspeção pela segunda vez em um período de dois anos. Isso ocorre porque nenhuma irregularidade foi corrigida na primeira inspeção, o que levou à realização da segunda inspeção.

A CONSELHEIRA INÊS LUCCHESI DE CARVALHO: Na verdade, eu insisti muito para que o pessoal viesse aqui, porque acho importante ouvir o que a população tem a dizer devido às condições lamentáveis. Já li esse relatório sobre coisas sub humanas. Minha amiga pesquisadora trabalha exatamente com a população de rua e fez um levantamento muito preciso também na pesquisa de mestrado dela. Ela afirma que a parte que eles chamam de Hotel Social não é a mesma coisa. Todas as conversas estão nesse sentido, e acho que é importante que as pessoas entendam que a função social da propriedade da cidade, que é um direito constitucional que pertence à sociedade como um todo, não a um indivíduo. A prefeitura não tem a obrigação sozinha de fornecer esses direitos, cabe à sociedade em sua totalidade, como ocorre com a função social da cidade. Sabemos que a ideia de que é difícil fazer um levantamento desse tipo, mas estimamos que existem cerca de 52 mil pessoas em situação de rua em São Paulo. Não temos nenhum programa para essa população, além de acolhimento, que não são programas de moradia. As pessoas só podem chegar, descansar, tomar banho e ir para a escola. Não há banheiro para que as pessoas usem na rua, as pessoas que dormem no abrigo não têm onde ir pela manhã e os serviços da Boraceia têm três mil pessoas, então nenhum desses projetos é compatível com a realidade e as necessidades das pessoas. A questão dos direitos humanos exige que eles colaborem, e acho que a prefeitura deve prestar atenção às demandas se as pessoas vieram até aqui, é porque precisam de uma resposta digna, e acho que a questão dos catadores também está relacionada a isso, pois não adianta colocar alguém que tem conexões com o centro da cidade para morar na Cidade Tiradentes. A área central é completamente inviável e agora a Prefeitura está desapropriando parte dos Campos Elísios para uso como moradia para pessoas que precisam. Em vez de resolver os problemas das pessoas que não têm onde morar, ela está tirando as pessoas de lá para colocar em outro lugar, em parceria com o Governo do Estado. Portanto, acho que é completamente inaceitável que a Prefeitura esteja investindo em mais PPP e mais uma licitação, no momento em que você poderia investir esse dinheiro em obras preventivas, porque quando você fornecer uma condição digna para a pessoa que vai ocupar o terreno que não tem condições de ocupação. Proponho que façamos uma reunião, juntamente com a Secretaria da Habitação e a Secretaria dos Direitos Humanos, para primeiro resolver os problemas que essas pessoas têm e estamos procurando uma solução para garantir um programa mais longo prazo.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: A conselheira Inês começou a falar sobre o pedido de efetividade, dizendo que os moradores de rua falam e trazem essa demanda aqui, então é muito importante para nós ouvirmos e estamos aqui para isso. Na última reunião extraordinária do CPM, aprovamos as demandas dos moradores de rua por mais moradias populares, que foi a primeira demanda que foi aprovada com o maior número de votos. Com base nessa votação do CPM, decidimos o que aprovamos e como isso será transmitido à Subprefeitura da Sé. É necessário saber quem fiscaliza e se as ONGs estão recebendo dinheiro e não aplicando individualmente. Portanto, se não arriscamos colaborar com o que os municípios estão considerando um problema, é necessário oficializar quem fiscaliza e pedir perdão. A Secretaria, não estou certo se é a Subprefeitura da Sé, mas o CPM quer que um ofício seja enviado antes dessa reunião sugerida pela conselheira Inês. O ofício deve chamar a pessoa que está supervisionando o assunto para dar explicações com base nesse relatório que a conselheira Silvia também apresentou. Eles também devem dizer que a pessoa precisa ser chamada e tirada da situação de conforto o mais rápido possível e talvez seja mais importante chamar outras pessoas para explicar como funciona esse sistema porque isso de repente caiu no nosso colo e confesso não saber muito sobre isso. É complicado votar em coisas que você não sabe, recebemos informações sobre bandidagem, necessidade de polícia, fiscalização nos abrigos, e muitas outras informações que não dominamos. Devido ao fato de que precisaríamos de mais informações, podemos solicitar que o responsável pela Secretaria visite o local para fornecer uma explicação sobre como esse sistema funciona para o CPM.

O MUNÍCIPE ANDRÉ LUCAS AIO: Para esclarecer, já existe uma Locação Social na Rua Asdrúbal do Nascimento e o Movimento Nacional da População em Situação de Rua foi responsável por todo o projeto, desde o início até a entrega dos apartamentos. A máfia e os abrigos foram os problemas que a Prefeitura deixou de fazer e terceirizou os problemas, o que claramente levou à perda de dinheiro. A Situação de Rua, o Movimento Nacional de Luta e Defesa a População em Situação de Rua e o Movimento Estadual da População em Situação de Rua conversam com a população para esclarecer que não é uma ONG, mas sim uma máfia que distribui dinheiro e as pessoas o embolsam.

O CONSELHEIRO FÁBIO BENINI CABRAL se manifestou quanto aos encaminhamentos, complementando com a menção das Secretarias Municipais que estão envolvidas, como SMADS e SEHAB. Ressaltou a importância da SMADS estar na solicitação, pois a pasta possui um Orçamento milionário, o que o surpreende mais ainda diante dos relatos trazidos na presente data. Declarou ser solidário com a situação dos municípios em situação de rua e que concorda com o

encaminhamento integralmente. Uma outra questão que levantou foi sobre o comitê POP RUA, que em sendo um comitê paritário compostos por 18 membros da sociedade civil e 18 membros do poder público (ambos com 9 titulares e 9 suplentes), considera importante convocar uma reunião cruzada, visto que tal responsabilidade transversal, por Portaria e Decreto seria do CPM/SÉ. Concluiu sua fala recordando a todos sobre a importância do Ofício ser distribuído também aos Vereadores, pois possuem prerrogativa primordial de fiscalizar as ações do Executivo. Por fim, lembrou que à época da discussão da Revisão do PDE, os ofícios também foram enviados a todos os vereadores, que ainda possui tal planilha com os contatos e disponibilizará ao Secretário-Geral.

O MUNÍCIPE JOSÉ ANTONIO: Uma coisa que está sendo manipulada é o fato de que muitas associações não são respeitadas. Na Vila Prudente, por exemplo, só existem duas associações e eu paguei 300 reais para a taxa de declaração de associação esse ano.

A CONSELHEIRA ROSANGELA ZANON MONTEIRO: Nossa compreensão da grave situação pela qual a população de São Paulo está passando é muito limitada, pois uma coisa é examinar números, estatísticas e analisar a situação por meio de projetos, pesquisas e relatos teóricos, e outra coisa é presenciar pessoalmente a violência contra a humanidade que estou observando aqui. Não tenho palavras para descrever o que estou vendo. O número de pessoas que vivem na rua aumentou significativamente, com mais de 64 mil. Os principais fatores que levam as pessoas à rua são a perda de moradia, a falta de trabalho e renda, e, em quarto lugar, o abuso de álcool e drogas. A pessoa não vai para a rua apenas porque era uma pessoa pobre. No topo desse problema estão a falta de emprego, a falta de moradia, a moradia precária e a falta de renda, o que leva uma pessoa para a rua. Muitas vezes, as famílias inteiras são afetadas pela vida difícil e muitas vezes são levadas a atitudes que podem cair no álcool, drogas ou mesmo contravenções e são liberadas da prisão porque o delito não foi um delito grave, mas não possui a para isso e planejar os projetos de acordo com um orçamento, mas abordar o assunto de maneira diferente é o assunto dos abrigos. Se você não tem moradia, deve declarar que mora em um abrigo e será discriminado e rejeitado, e se você não tiver um nível de educação adequado, na maioria das vezes, também será excluído. O direito constitucional ao emprego, renda, educação e saúde não é um favor, então estou de acordo com a conselheira Inês, o conselheiro Fábio Lúcio Sanchez e o conselheiro Fábio Benini Cabral que esses encaminhamentos são urgentes e precisam de respostas porque foram levantadas questões graves como violência, comida estragada, etc. As questões de moradia e saúde não são definitivas; portanto, se não houver investimentos públicos para resolver os problemas de moradia, emprego e renda, educação e saúde desses indivíduos, essas estatísticas continuarão aumentando.

O MUNÍCIPE VINICIUS BRAHEMCHA: Saudações, sou Vinicius, o coordenador do Meio Ambiente da Subprefeitura da Sé. Ele se reúne todas as terceiras quartas-feiras do mês aqui nessa sala das 18:30 às 20:00 e está aberto a todos os munícipes. Também gostaria de convidar vocês para uma ideia que estamos criando um CTS na próxima reunião de trabalho. O grupo de trabalho pode ter até quatro conselheiros e trabalhar em projetos específicos fora do horário de reunião dos 10 milhões de reais para financiar as ideias mais votadas no site do orçamento cidadão e para um espaço específico reservado para o CPM no orçamento cidadão na plataforma deles. Por outro lado, acho que raramente vejo ideias no orçamento cidadão que foram avaliadas pela Subprefeitura como viáveis, pois costumavam extrapolar o orçamento devido à avaliação da Subprefeitura ou outras razões. Por esse motivo, estou querendo propor esse GT. Quero fazer esse convite para que possamos trabalhar em conjunto com o CADE/SÉ para realizar uma análise do orçamento cidadão já para o ano que vem eu pretendo fazer cinco reuniões por mês - não uma por mês - para que possamos ter propostas viáveis para preencher essas lacunas no orçamento público no próximo ano.

O MUNÍCIPE DÉCIO SUNAGAWA: Só queria falar sobre a Vila Reencontro. Conversei com algumas pessoas para tirar algumas dúvidas porque minha percepção sobre a Vila Reencontro foi positiva em relação aos Albergues e aos Abrigos. Algumas pessoas com quem conversei agora disseram que essa percepção é verdadeira e supera as outras opções oferecidas pela Prefeitura. O único contraponto ao que a conselheira Rosângela disse sobre a Vila Reencontro. No que diz respeito ao abrigo, você não tem um endereço fixo, mas a Vila Reencontro é uma opção adicional. Claro, não há muito a melhorar, mas foi um avanço. Além disso, lembro que na reunião passada, enquanto vocês estavam discutindo sobre as propostas do orçamento cidadão, uma das pessoas que vocês trouxeram fez uma crítica. Eu estava sentado aqui na frente e ouvi sua crítica sobre a qualidade das marmitas que estavam sendo distribuídas. Ela então falou sobre a necessidade de a Prefeitura realizar inspeções sobre esses problemas, seja na rua ou em qualquer outro local. Existe uma irregularidade no fato de essas ONGs terem perdido todos os benefícios oferecidos pela Prefeitura. Sobre a discriminação que a Vila

Reencontro enfrenta em outras localidades, o centro é fortemente criticado devido ao grande número de pessoas que precisam de educação. A Prefeitura deve colocar boas localidades em primeiro lugar.

O MUNÍCIPE DANILO: Sou um Assistente Social que trabalha no setor de Responsabilidade Social e Sustentabilidade da Viva Vale. Como Assistente Social, estou dando minha presença para os encaminhamentos, destacando a importância de tudo o que me foi dito e destacando a importância de usar esse espaço para gerar esses encaminhamentos; acredito que é muito poderoso e é isso que eu desejo.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Antes de iniciar o encaminhamento, gostaria de expressar minha gratidão à Graça, Coordenadora do CPM de M'Boi Mirim. Ela já esteve conosco antes e conversamos sobre nossas experiências, porque lá também há grandes problemas. Eles vieram aqui porque acham que fazemos um bom trabalho e querem ouvir nossas sugestões e acho que a troca é incrível. Ela trouxe muitas coisas interessantes e foi uma conversa maravilhosa. Agora vamos continuar com os encaminhamentos sobre o item 7 Cel. Para esclarecer, ele ouviu a fala do munícipe André e acabou de me dizer que estava pensando em melhorar essa proposta para que todos a implementassem. Ele precisa pensar e não pode falar. Agora que tudo está registrado, vamos falar sobre a proposta para a reunião. Vamos convidar a SMADS, a Secretaria de Direitos Humanos, de Habitação, a CEAB, a SUB/SÉ, Defensoria Pública e o Ministério Público para uma reunião conjunta. Gostaria de mencionar que não apenas discutiremos os problemas, mas também falaremos sobre outros assuntos. Espero que vocês fiquem atentos até nossa próxima chamada. De acordo com o conselheiro Fábio Lúcio, estamos aqui para ouvir todos e pedir o retorno, como disse a conselheira Rosângela, o que é muito importante. Isso é tudo sobre locação social, agora os conselheiros vão decidir. Peço que todos respeitem. Então, há três coisas: ofício aos vereadores, fiscalização, encaminhamento solicitado, reunião conjunta com todos os órgãos que falaram aqui e ofício de cobrança aos vereadores.

Item 9: Informes Gerais e Agradecimentos.

Só para encerrar que a conselheira **MARIA IZILDA SANTOS PEREIRA DOPPLER** atingiu o limite de faltas, então infelizmente ela será comunicada, vou ter que encaminhar o nome dela e dizer que ela ultrapassou o limite de faltas que poderia, infelizmente mais isso é uma regra pode ser que para frente mude, mais agora tem que cumprir essa regra.

O CONSELHEIRO FÁBIO BENINI CABRAL informou que no dia seguinte tomarão posse na CPPU (Comissão de Proteção à Paisagem Urbana da cidade de São Paulo), pela primeira vez três representantes do CPM/SÉ; sendo como suplentes, a Conselheira Stela de Camargo da Dalt e Yoore Ri Kim, e como titular ele próprio.

Após os agradecimentos pela nova coordenação e autoridades presentes, deram-se os encerramentos exatamente às 21:30 da reunião ordinária presencial na sede da Subprefeitura da Sé.



João Batista Ferreira Alves
Assistente de Suporte Operacional
Em 23/09/2024, às 16:22.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **111053796** e o código CRC **90FC8112**.